

Fiúza se complica em apuração da CEF e entra no relatório da CPI

Acácio Pinheiro

A situação do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) na CPI do Orçamento complicou-se ontem com a revelação do resultado da sindicância feita pela superintendência da Caixa Econômica Federal de Alagoas sobre empréstimos tomados pelo ex-ministro da Ação Social e ex-relator do Orçamento. A sindicância contradiz o parecer do procurador da República, Haroldo Ferraz, que desvinculava os empréstimos das investigações feitas pela CPI, e afirma que parte dos créditos concedidos à fazenda de Fiúza vinha de recursos orçamentários — portanto, estão dentro do objeto da investigação.

**CORRUPÇÃO**

goas sobre empréstimos tomados pelo ex-ministro da Ação Social e ex-relator do Orçamento. A sindicância contradiz o parecer do procurador da República, Haroldo Ferraz, que desvinculava os empréstimos das investigações feitas pela CPI, e afirma que parte dos créditos concedidos à fazenda de Fiúza vinha de recursos orçamentários — portanto, estão dentro do objeto da investigação.

“Isto é muito grave”, avaliou o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), ao receber o relatório da comissão de sindicância requisitado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). No documento, o superintendente da CEF em Alagoas, Getúlio Cabral, informa que foram utilizados nos empréstimos recursos do Orçamento da União, ao contrário do que havia garantido outro parecer enviado à CPI pelo diretor comercial da CEF, José Lindoso de Albuquerque Filho. “A Caixa também ficou numa situação complicada”, disse Roberto Magalhães. O relator adiantou que o nome de Fiúza será citado no relatório final da CPI.

A sindicância sobre os empréstimos da Caixa à Companhia Agroindustrial Jaçanã, de Fiúza, apurou “excepcionalidades” tanto na operação inicial quanto nos oito refinanciamentos, quando eram liberados mais recursos à família do deputado. A dívida cresceu apenas 739% neste período, apesar de ser considerado um financiamento de alto risco, tudo graças à influência de Fiúza, informa o documento anexado à CPI.

A superintendência da CEF chegou a pedir a anulação da venda da fazenda Jaçanã, no final de 91, um artifício para afastar a responsabilidade dos Fiúza perante as operações. Os empréstimos representam atualmente uma dívida de US\$ 4 milhões, segundo cálculo do senador Eduardo Suplicy.